



GESTÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: O planejamento, o currículo e as especificidades da educação do campo e da cidade

(Relatório final pibic)

Lucivan Maciel Ferreira ¹

maciellucivan@gmail.com

Francisco Valdinei dos Santos Anjos²

anjos@ufpa.br

Resumo: Para discutir a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é preciso compreender conceitualmente questões referentes as teorias do currículo, a política curricular e o currículo. Assim, podemos avançar discutindo historicamente o currículo como expressão da cultura dominante, da linguagem e do código dominante. Objetivos: Descrever o planejamento e a gestão da elaboração da proposta Curricular do Ensino Fundamental a partir da coordenação administrativa, Técnica e pedagógica da SEMED de Castanhal; Identificar os desafios do Município para a implementação da BNCC; e verificar o andamento da implementação da mesma no Ensino Fundamental da cidade. Metodologia: Partindo de agendamento prévio foi possível entrevistar todo o corpo de assessoramento pedagógico e produzir um conjunto de dados que nos ajudaram a responder os objetivos da pesquisa. Resultados: Após as coletas de dados ficaram evidentes três desafios, que são eles; a formação dos professores que revela limitações ao tratar de determinados conteúdos em sala de aula, e isso acaba afetando no que diz respeito a tradução pedagógica que os documentos curriculares definem, como competências gerais e específicas, Habilidades e objetos de conhecimento. Além das dificuldades que os alunos apresentam advindas, historicamente, da falta de investimentos na educação e se intensifica com a pandemia da COVID-19. Conclusão: Foi possível verificar que a implementação da BNCC por meio do documento Político e Curricular da Rede Municipal de Ensino de Castanhal, apresenta por um lado um esforço representado pela concretude do documento, embora com pouca participação dos profissionais que constituem a rede municipal, por outro lado, se apresenta vários desafios que perpassam pela dificuldade dos professores em traduzir pedagogicamente o que estrutura o documento curricular do município, assim como as dificuldades enfrentadas pelos educandos pós-pandemia da COVID-19.

Palavras-chave: Currículo, teoria curricular, política curricular.

INTRODUÇÃO

A discussão da implementação do currículo oficial na Educação do Campo nos anos iniciais do município de Castanhal a partir da visão da gestão da SEMED Castanhal se estrutura a partir dos profissionais que atualmente respondem por alguma das diretorias e coordenadorias da referida secretaria. São profissionais que estão desde o início dos debates promovidos pelo Ministério da Educação, passando

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Pará – UFPA, maciellucivan@gmail.com;

² Professor orientador: Dr. Faculdade de pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, anjos@ufpa.br



pelos estados e chegando nos municípios ou entrara mais recentemente, mas ocupam posição estratégica em relação ao planejamento, execução e monitoramento do currículo oficial estruturado a partir da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017).

Para início das reflexões oriundas da produção de dados voltados para atender ao plano de trabalho previsto no projeto de pesquisa intitulada “Gestão da implementação da base nacional comum curricular (BNCC) no município de Castanhal no âmbito da secretaria municipal de educação: O planejamento, o currículo e as especificidades da educação do campo e da cidade”, apresentamos os objetivos traçados para este plano, quais sejam: Descrever o planejamento e a gestão da elaboração da Proposta Curricular do Ensino Fundamental do município de Castanhal a partir da coordenação administrativa, técnica e pedagógica da SEMED de Castanhal, voltado para Educação do Campo; Verificar o andamento da implementação do currículo na Educação do Campo no município de Castanhal com base na reforma curricular da Educação Básica; e - Identificar os desafios do município de Castanhal para implementação do currículo oficial na Educação do campo.

Para atender a esses objetivos foi realizada uma entrevista com o conjunto de técnicos da SEMED Castanhal que atualmente estão à frente da implementação do currículo oficial da rede municipal de Castanhal, com destaque para três deles que estão acompanhando o processo de elaboração do currículo oficial de Castanhal desde a aprovação da BNCC. A referida entrevista se deu de modo dialogado e coletiva. Todos em um mesmo espaço puderam conversar sobre o planejamento, o currículo e as especificidades da educação do campo, destacando como ocorreu a concepção do documento, bem como as condições em que se encontra em termos de implementação e os desafios apresentados a partir do contato com a comunidade escolar.

Para discutir a implementação da BNCC nas Séries Iniciais do município de Castanhal a partir da visão de diretores e coordenadores da SEMED Castanhal é preciso compreender conceitualmente questões referentes as teorias do currículo, a política curricular e o currículo.

Em se tratando das teorias do currículo, essas são tratadas pela literatura a partir de três grande paradigma, o tradicional, o crítico e o pós-crítico. Com relação as

teorias tradicionais Silva (1996, p. 148) afirma este se estrutura na relação direta com o capitalismo, com o interesse de reproduzir, culturalmente, as estruturas sociais. Segundo o referido autor “o currículo tem um papel decisivo na reprodução da estrutura de classes da sociedade capitalista. O currículo é um aparelho ideológico do Estado capitalista. O currículo transmite a ideologia dominante. O currículo é, em suma, um território político”.

No que se refere as teorias críticas de culturas, essas se estruturam a partir de processos de resistências, marcados pelos

[...] movimentos de independência das antigas coloniais europeias; os protestos estudantis na França e em vários outros países; a continuação do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos; os protestos contra a guerra do Vietnã; os movimentos de contracultura; o movimento feminista; a liberação sexual; as lutas contra a ditadura militar no Brasil (SILVA, 2010, p.29).

Dito de outra maneira, podemos dizer que as teorias críticas, são, sobremaneira, um movimento contra a própria estrutura da sociedade capitalista.

No que tange as teorias pós-críticas, estas são defensoras, segundo Silva (1996) do reconhecimento da pluralidade cultural e diversidade humana, ano diálogo com as categorias identidade, alteridade e diferença. Ainda de acordo com o autor em questão, podemos dizer que as teorias pós-críticas são mais problematizadoras que as teorias críticas, em relação as relações de dominação social e de opressão outrora apagadas, materializadas pelas relações a partir de marcadores sociais, econômicos, étnicos, culturais, de gêneros e de sexualidades.

A partir das teorias curriculares podemos avançar, discutindo historicamente o currículo como expressão da cultura dominante, da linguagem, do código dominante. Nesses termos, podemos dizer que “o currículo está estreitamente relacionado às estruturas econômicas e sociais mais amplas” (SILVA, 1996, p.35).

Se por um lado o currículo pode ser visto como expressão da cultura dominante, por outro lado pode ser concebido como uma “produção social, como um artefato que expressa à construção coletiva daquela instituição e que organiza o conjunto das experiências de conhecimentos a serem proporcionados aos educandos”. (AMORIM, 2010, p. 457).



Ainda em termos de currículo podemos dizer que ele é “um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. (MOREIRA e SILVA, 1997, p. 28).

Com base nesses apontamentos relacionados a cultura dominante, construção coletiva e transgressão, podemos dizer que as três concepções de currículo, tradicional, crítico e pós-crítico coabitam os sistemas e as instituições de ensino. Dito isso, chamamos atenção para as possibilidades produzidas socialmente em relação ao que pode sustentar, manter ou romper, sempre que se constroem meios de produção do currículo oficial, a exemplo da política curricular.

Suárez (1995, p. 110) apud Oliveira e Destro (2005, p.145-146) afirma que:

[...] a formulação e implementação de políticas curriculares não são neutras, nem muito menos são um asséptico processo de elaboração e instrumentação técnicas. No fundamental, são o resultado sintético de um (muitas vezes silenciado e oculto) processo de debate ou de luta entre posicionamentos, interesses e projetos sociais, políticos, culturais e pedagógicos opostos e, sobretudo, antagônicos. O processo de determinação dessas políticas não é, de forma alguma, unívoco, nem tampouco está isento de contradições e de tensões.

O referido entendimento nos coloca a pensar que a política curricular brasileira vigente é expressão de relações de poder, da defesa de um projeto de educação que expressa um projeto de sociedade. Dado o cenário político atual, um projeto de sociedade alinhado com a lógica capitalista, ou seja, desconsiderando as relações de classe, as diversidades e diferenças que produziram, historicamente, muitas desigualdades, violências e marginalização de grupos subalternizados.

A política curricular é na estrutura de um sistema educacional “um aspecto específico da política educativa, que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornando claro o poder e a autonomia que diferentes agentes têm sobre ele”. (SACRISTÁN, 1998, 109) apud OLIVEIRA e DESTRO, 2005, 146), ou seja, ela determinada e projetada a base de formação de toda uma geração.

Podemos dizer ainda com base em Sacristán (1998, p. 101). apud Oliveira e Destro (2005, p.146) que na política curricular:

[...] as decisões não se produzem linearmente concatenadas, obedecendo a uma suposta diretriz, nem são frutos de uma coerência ou expressão de uma mesma racionalidade. Não são estratos de decisões dependentes umas de outras, em estrita relação hierárquica ou de determinação mecânica e com lúcida coerência para com determinados fins. [...] São instâncias que atuam convergentemente na definição da prática pedagógica.

Significa dizer que com base na política curricular, os sistemas e unidades de ensino ganham outras formações administrativas e pedagógicas a partir do currículo que passam a praticar no cotidiano das escolas, isso porque o currículo “envolve uma multiplicidade de relações, abertas ou tácitas, em diversos âmbitos, que vão dá prescrição à ação, das decisões administrativas às práticas pedagógicas, na escola como instituição e nas unidades escolares especificamente”. (SACRISTÁN; PÉREZ GÓMES, 2000, p. 27).

Apesar da capacidade de direcionar e de determinar a educação como projeto social, acreditamos que “o currículo se tece em cada escola com a carga de seus participantes, que trazem para cada ação pedagógica de sua cultura e de sua memória de outras escolas e de outros cotidianos nos quais vive. (LOPES, 2006, p. 30) e a partir daí construímos caminhos capazes de produzir cotidianos de contestação, frente a negação de direitos fundamentais para cada indivíduo que constitui a nossa sociedade.

O currículo “é um dos locais privilegiados, onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação. É também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. [...] (SILVA, 1996, p. 23);, e por meio dele é possível transformar a realidade, já que ele é “a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições”. (SACRISTÁN, 1999, p. 61).

Com base nessas assertivas, passamos a apresentar as discussões promovidas, primeiramente a partir de leituras relacionadas as Teorias do Currículo,



Política Curricular e Currículo e em seguida essas discussões serão ampliadas com os discursos dos profissionais que atuam na SEMED Castanhal.

OBJETIVOS

Descrever o planejamento e a gestão da elaboração da Proposta Curricular do Ensino Fundamental do município de Castanhal a partir da coordenação administrativa, técnica e pedagógica da SEMED de Castanhal; Identificar os desafios do município de Castanhal para implementação da Base Nacional Comum Curricular no Ensino Fundamental; e Verificar o andamento da implementação da Base Nacional Comum Curricular no Ensino Fundamental da cidade de Castanhal, apenas o último não foi alcançado, tendo em vista o fato de que dada que as ações da SEMED para esse acompanhamento são iniciais.

METODOLOGIA

A Produção dos dados se deu por dentro da agenda de planejamento que ocorre na SEMED/Castanhal nas quintas-feiras a tarde, dia no qual não tem atendimento ao público. a partir de agendamento prévio foi possível dialogar com todo o corpo de assessoramento pedagógico da SEMED, que atendem todos os níveis e modalidades ofertados pela rede. Por meio de diálogo com os referidos profissionais foi possível produzir um conjunto de dados que nos ajudaram a responder os objetivos da pesquisa. Os dados nos permitiram tratar três categorias definidas a priori, onde cada uma estava diretamente vinculada aos objetivos específicos.

RESULTADOS

Para tratar da reforma curricular com foco nas séries iniciais partimos do primeiro objetivo que consiste em Descrever o planejamento e a gestão da elaboração da Proposta Curricular do Ensino Fundamental do município de Castanhal a partir da coordenação administrativa, técnica e pedagógica da SEMED de Castanhal, voltado para Educação do Campo.

Para responder a esse objetivo, recorreremos aos sujeitos da pesquisa, por meio dos quais verificamos que em 2016 a SEMED iniciou a estruturação do currículo da rede. O primeiro passo foi tentar fazer encontros com professores de outros níveis e modalidades já que a Educação Infantil já realizava seus encontros com os professores da desse nível.



Os anos iniciais do Ensino Fundamental tiveram maior tempo de trabalho para discutir o currículo, pois vinham de uma experiência com o PNAIC, já nos anos finais não ocorreu com a mesma intensidade.

Em 2017 ocorreram mais encontros sobre currículo e no final do ano de 2017 a partir do recebimento do currículo do CNE, pois a BNCC havia sido homologada nesse ano, e esse documento foi enviado para todas as Secretarias Estaduais do Brasil, que por sua vez realizaram audiências públicas para a elaboração do documento Curricular do Estado do Pará.

Depois que o documento estadual foi homologado, foi encaminhado para as Secretarias Municipais de Educação. Por meio de um ofício do Conselho Municipal de Educação encaminhado em 2018 a SEMED, foi estabelecido um prazo de 30 dias para que a SEMED apresentasse uma posição em relação ao Documento Curricular do Estado do Pará (PARÁ, 2018) que poderia ser adesão ou a produção de um documento próprio.

Por meio de conversa a SEMED se organizou e decidiu por construir um documento próprio, este documento hoje se chama Diretrizes Políticas e Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Castanhal. Depois que a coordenadoria de ensino fechou nessa proposta de construir um documento, começaram a produção em grupo por áreas específicas. Em 2020 houve a consulta pública para toda rede. Essa consulta foi disponibilizada nas mídias durante a pandemia para que toda rede pudesse contribuir nesse currículo. Mesmo com a divulgação e as postagens, houveram poucas participações dos professores, com o processo de construção curricular das escolas quilombolas as contribuições foram bem maiores, pois eles mesmos construíram, haviam grupos mensais para construção e análise.

Nesse primeiro ponto, verificamos que as Diretrizes Políticas e Pedagógicas da Rede Municipal de Ensino de Castanhal enquanto produto da rede expressa uma visão de educação, mais centralizada aos atores sociais que atuam na SEMED do que a comunidade como um todo. Contudo, é preciso considerar que vivemos um tempo no qual a capacidade de mobilizar a comunidade escolar para participar de processos de planejamento, de construção de projetos e propostas tem diminuído, fruto, de acordo com autores como a Gatti (2009) da desvalorização profissional.



Como é possível assumir a educação como um mecanismo indispensável na transformação da realidade (SACRISTÁN, 1999) se o que se estabeleceu-se como currículo oficial não representa a sociedade como um todo, sobretudo, os professores que são uma força poderosa para concretizar práticas pedagógicas comprometidas com uma educação que traduza novos tempos para a sociedade. Tempos esses marcados pelo enfrentamento das desigualdades produzidas a partir das relações de classe, das diversidades e das diferenças (SILVA, 1996).

O segundo objetivo, verificar o andamento da implementação do currículo na Educação do Campo no município de Castanhal com base na reforma curricular da Educação Básica, nos direcionou para a escuta em relação ao andamento da implementação da BNCC por meio das Diretrizes Políticas e Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Castanhal.

De acordo com os assessores pedagógicos da SEMED, Em 2022 a referida secretaria está realizando paradas pedagógicas, assessoramentos dos gestores e coordenadores pedagógicos para apresentar as referidas diretrizes políticas e curriculares e tirar dúvidas acerca do documento.

Ainda de acordo com os referidos profissionais “os professores se sentiram agraciados com a Parada Pedagógica, se via no rosto dos professores o quanto eles almejavam esse momento de coletivo, eles ficaram muito inteirados e queriam contribuir, mas o foco da preocupação era o déficit dos alunos que estão chegando ao ensino presencial”.

Elas continuaram destacando o processo de implementando afirmando que “os professores agradeceram muito esse documento que está alinhado a BNCC, que vem contribuir muito pela qualidade que eles estão almejando, mas ficaram angustiados por não saberem colocar em prática, não conseguem perceber onde colocarão a habilidade que é pedida, essa é a limitação dos professores horistas”. Esse ponto é um desafio que iremos retomar mais a frente, a tradução do currículo oficial em prática pedagógica.

Ficou evidente que paralelo aos desafios da implementação da BNCC estão as consequências da Pandemia. De acordo com os participantes da pesquisa, “no primeiro encontro da nossa Parada Pedagógica, onde estávamos intensificando o estudo do nosso documento que foi lançado recentemente, nós observamos o quanto



eles estão angustiados em outro setor, isto é, no retorno de estudos presenciais e presenciar os nossos alunos com dificuldades de aprendizagem”.

Elas continuam apontando as preocupações afirmando que “De modo geral todos estão preocupados, mas quando se fala dos professores horistas há uma limitação muito grande quando se fala do processo de alfabetização, eles acham que por estarem no patamar das séries finais, não têm a responsabilidade de alfabetizar, então nesse intuito estamos tentando minimizar essa situação criando propostas que venham ressaltar esse projeto pedagógico, como por exemplo a sala de leitura, estamos reformulando esse projeto, focando principalmente nos alunos que necessitam mais. Além de termos aderido o projeto estadual Tempo de Aprender, que consiste em colocar um estagiário na sala de aula para auxiliar o professor nos anos iniciais. Nós temos também um projeto novo, que foi criado pela Secretaria municipal de educação: Avançar para Valer, que vamos trabalhar não só a formação de português e matemática, como também a parte esportiva feita no contra turno, assim a criança ficará mais tempo na escola”.

Esses depoimentos nos ajudam a compreender que a implementação de uma política, independentemente da natureza que for demanda a percepção da realidade, dos contextos, das implicações sociais que atingem diretamente o cotidiano da escola. De modo particular, destacamos o impacto da pandemia e das aulas virtuais no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Fica claro que a implementação do currículo oficial não pode desconsiderar o resultando desse tempo de pandemia para alcançar as projeções estruturadas em torno das Diretrizes Políticas e Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Castanhal.

Essa questão diretamente vinculada ao debate do currículo que se compromete com a transformação da sociedade em vistas dos dilemas, mazelas, misérias e marginalizações as quais os menos favorecidos são submetidos.

Por fim, chegamos ao nosso terceiro objetivo que foi de identificar os desafios do município de Castanhal para implementação do currículo oficial em Castanhal. De acordo com a Coordenadora de ensino “Nesse período de dois anos on-line, nós percebemos que já existiam e hoje aumentaram a quantidade de alunos que estão em um nível que não condiz com a realidade do ano de ensino que eles estão. Então acho que eles estão mais preocupados com essa situação do que no documento em si”.

Diante desse cenário, estamos no processo de lotação dos profissionais, então são essas situações que estamos tentando mediar através dos projetos. Os professores de língua portuguesa, das linguagens, estão com dificuldade, pois apresentam a limitação de não se achar o responsável por fazer o projeto de alfabetização das crianças que estão chegando nos anos finais.

Uma das professoras assessoras ressalta que “uma grande angústia dos professores que não se sentem preparados para lidar com as mais diversas dificuldades encontradas pós-pandemia. Chegamos à conclusão de que a nossa formação acadêmica apesar de ter avançado, esse avanço não foi significativo na parte pedagógica. A nossa formação inicial foi direcionada para trabalhar com um público de alunos que estivesse minimamente alfabetizado e com um raciocínio lógico um pouco desenvolvido”.

Outra participante da pesquisa destaca que “que os professores horistas iam falando e alguns professores como um professor de matemática disse que ele não sabia como colocar aquilo para dentro de sua sala de aula pois o conteúdo é abstrato e nós como pedagogos já íamos imaginando como trabalhar determinado tema, já tínhamos ideias e formas de confrontar tal tema, e eu ficava me perguntando como que na cabeça dele não vem nada, mas isso dá pra se perceber pela academia, pelo currículo de formação desses profissionais quando eles são formados que não estão preparados para tratar de determinados assuntos que suas graduações não os preparam para lidar com as diversidades escolar”.

Diante desses apontamentos fica evidente que existem três grandes desafios, são eles: a formação dos professores que revela limitações em relação a segunda questão que é a tradução pedagógica do que os documentos curriculares oficiais definem, por exemplo, como Competências Gerais e Específicas, Habilidades e Objeto de conhecimento. A terceira diz respeito as dificuldades que os alunos apresentam advindas, historicamente, da falta de investimento na educação e intensificada com a pandemia.

CONCLUSÕES

A partir dos momentos de estudos, discussão, produção e análise de dados foi possível verificar que a implementação da BNCC por meio do Documento Político e Curricular da Rede Municipal de Ensino de Castanhal, apresenta por um lado um

esforço representado pela concretude do documento, embora com pouca participação dos profissionais que constituem a rede municipal, por outro lado, se apresenta vários desafios que passam pela dificuldade dos professores em traduzir pedagogicamente o que estrutura o documento curricular do municipal, assim como as dificuldades enfrentadas pelos educandos pós-pandemia.

BIBLIOGRAFIA

AMORIM, Ana Luísa Nogueira de. Educação infantil e currículo: compassos e descompassos entre os aspectos teóricos, legais e políticos. Espaço Currículo, v.3. n.1, pp.551-461, mar/set 2010.

BRASIL. Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. Senado Federal: Coordenação de edições técnicas. Brasília, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Congresso Nacional, (S.A). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf . Acesso em: 29 de Julho de 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília, 2017.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília, 2018.

CASTANHAL. Diretrizes Políticas e Curriculares da Rede Municipal de Educação de Castanhal. Secretaria Municipal de Educação de Castanhal. Conselho Municipal de Educação de Castanhal. Castanhal, 2021.

GATTI, B. A., BARRETTO, E.S.S. Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social. Relatório de Pesquisa, DF:UNESCO, 2009.

LOPES, Alice C. Pensamento e política curricular – entrevista com William Pinar. In.: Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). Currículo, cultura e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.



OLIVEIRA, Ozerina Victor de; DESTRO, Denise de Souza. Política curricular como política cultural: uma abordagem metodológica de pesquisa. Revista Brasileira de Educação. Jan /Fev /Mar /Abr 2005 N o 28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nKQmLf3FYhtwpzKCsSGzf9b/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 15 de maio de 2022.

PARÁ. Documento curricular do Estado do Pará. Secretaria de Estado de Educação do Pará. Conselho Estadual de Educação. Belém, 2018.

SACRISTÁN, J.G; PÉREZ GÓMES, A.I. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SACRISTAN, J. Gimeno. Poderes instáveis em educação. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. -1. reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 1996.